

Sem piso salarial há décadas, médicos ganham bem menos do que sugere a renda declarada à Receita

O valor que sustenta a fama do médico rico soma todas as fontes de ganho e é puxado por uma minoria. Entenda a realidade financeira da profissão.

170

Um estudo da Demografia Médica no Brasil apontou que os médicos brasileiros declararam renda média de R\$ 36.818 por mês no Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) referente a 2022. Com esse valor, a medicina fica entre as seis profissões mais bem pagas do país. Mas o número tem uma ressalva importante: ele não vem de folha de pagamento, e sim da declaração de Imposto de Renda, que reúne tudo o que o médico ganhou no ano.

O coordenador do estudo, Mário Scheffer, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), faz questão de separar as duas coisas: “Não fizemos um estudo de salário, mas sim de renda declarada no IR”, disse ele em entrevista ao portal Medscape, em agosto de 2025. A declaração soma salário, plantão, consultório, aplicação financeira e lucro de empresa. **E é uma média, puxada para cima por quem ganha muito mais que a maioria.**

Essa renda também está caindo. Em 2012, o valor equivalente girava em torno de R\$ 39 mil por mês. Uma década depois, está menor, mesmo com o país acumulando quase 80% de inflação no período, segundo a revista Exame.

Hoje, uma fatia cada vez menor da categoria tem contrato formal, por causa do avanço da pejotização. Segundo o Portal Salário, com dados oficiais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, um médico clínico tem salário mediano de R\$ 8.961 por mês, para uma jornada de 24 horas semanais. Metade da categoria ganha menos que isso, considerando só o salário base, sem plantões ou adicionais.

Um Brasil, rendas diferentes

A renda média também esconde uma desigualdade regional. Em 2022, o Distrito Federal registrou uma das maiores rendas declaradas do país, R\$ 44.663, enquanto o Maranhão registrou a menor, R\$ 29.991. Entre as regiões, o Nordeste ficou com a menor média, R\$ 33.970, cerca de 8% abaixo do valor nacional.

A desigualdade se repete na concentração de médicos. O Distrito Federal tem hoje pouco mais de seis médicos para cada mil habitantes, e o Maranhão, pouco mais de um. Por região, a proporção é de 3,77 médicos por mil habitantes no Sudeste, 3,44 no Centro-Oeste, 3,31 no Sul, 2,21 no Nordeste e 1,70 no Norte.

Boa parte da assistência que chega às cidades menores nem aparece nesses números. Uma pesquisa da Demografia Médica de 2020 mostrou que 27% dos médicos se deslocavam para atender em outra cidade em algum dia da semana, e outros 8% trabalhavam sempre em um município diferente de onde moravam.

Sem piso, sem chão

Enquanto a renda e a presença de médicos variam tanto de um estado para outro, falta uma referência mínima de remuneração. A [Lei nº 3.999](#), de 1961, fixava o piso em três salários mínimos para 20 horas semanais, mas a Constituição de 1988 proibiu atrelar salários ao mínimo, e o valor nunca mais foi corrigido por lei. Hoje, pela leitura do Supremo Tribunal Federal (STF), esse piso equivaleria a cerca de R\$ 3.636.

Quem tenta preencher esse vazio é a própria categoria. A Federação Nacional dos Médicos (Fenam) calcula todo ano um piso de referência: para 2026, o valor é cerca de R\$ 21 mil para 20 horas semanais. É apenas uma referência de negociação. Nenhum hospital, clínica ou plano de saúde é obrigado a pagá-lo.

No Congresso, há pelo menos três projetos de lei tentando criar um piso oficial, com valores que vão de cerca de R\$ 11 mil a R\$ 17 mil. O mais avançado, aprovado pelo Senado em junho de 2026, prevê aproximadamente R\$ 13,6 mil e agora segue para a Câmara. Passados quase 40 anos, a discussão hoje é sobre qual desses valores é o certo.

Pejotização e esgotamento

Sem piso obrigatório, os médicos têm se organizado entre virar pessoa jurídica e manter vários empregos ao mesmo tempo. Hospitais e clínicas preferem contratar médicos como PJ. Nesse formato, o profissional abre uma empresa, mantém a mesma escala fixa e a mesma subordinação de um funcionário, mas perde férias remuneradas, 13º salário e FGTS.

O desgaste dessa rotina aparece nos números de saúde mental da categoria. Um estudo de 2016, de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com 180 médicos intensivistas de Porto Alegre, São Paulo, Salvador, Goiânia e Belém encontrou prevalência de burnout, o esgotamento profissional, em 61,7% deles. A exaustão emocional apareceu em 50,6% dos entrevistados.

Diretor da AMB, Dr. Luciano Rodrigues, destaca a importância do Exame de Proficiência Médica em fórum na Câmara dos Deputados

O diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira (AMB), **Dr. Luciano Gonçalves Carvalho**, participou da programação do **IV Fórum Coração em Foco**, realizado no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília, na última quarta-feira (5). Ele esteve ao lado de outro diretor da AMB, **Dr. Etelvino de Souza Trindade**, vice-presidente da região Centro-Oeste, que fez a abertura institucional do evento.



O Dr. Luciano integrou a **Mesa 3 - A Qualidade da Formação Médica, Projeto Brasil Coração Saudável e Carta do Coração**, ministrando a palestra **“Prova de Proficiência Médica”**, ao lado de representantes da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC).

Durante sua apresentação, Dr. Luciano reforçou a importância da implantação do Exame Nacional de Proficiência Médica como instrumento para assegurar que os egressos dos cursos de Medicina possuam os conhecimentos, habilidades e competências mínimas para o exercício seguro da profissão.

O diretor destacou que a iniciativa representa um avanço para a qualidade da formação médica no Brasil e, principalmente, para a proteção da população. Segundo ele, o exame contribuirá para avaliar de forma objetiva a preparação dos novos médicos, estimular melhorias no ensino médico e fortalecer a segurança assistencial.

Dr. Luciano também reiterou a posição da AMB em defesa de uma formação médica de excelência, ressaltando que o crescimento acelerado do número de escolas médicas exige mecanismos de avaliação capazes de garantir padrões mínimos de qualidade e preservar a confiança da sociedade na Medicina brasileira.

Senador propõe audiência pública com participação da AMB e da APM para debater MP do Enamed

O senador Astronauta Marcos Pontes apresentou o [Requerimento 1/2026](#), que requer a realização de audiência pública para debater a Medida Provisória 1.370/2026, que estabelece o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) para avaliar a proficiência dos estudantes de Medicina e a qualidade dos cursos de graduação.

O senador destaca que a matéria já é objeto do Projeto de Lei 2.294/2024, que institui o Profimed e está em estágio avançado de tramitação no Senado, criando uma situação de sobreposição entre duas iniciativas sobre o mesmo tema. Nesse contexto, a audiência pretende discutir especialmente se a medida provisória atende aos requisitos constitucionais de relevância e urgência, considerando que o Enamed já vinha sendo aplicado pelo Inep e que o MEC já adotava medidas de supervisão para cursos com desempenho insuficiente.

Para ele, o debate também deverá abordar as diferenças entre o Enamed e o Profimed, principalmente quanto ao órgão responsável pela aplicação do exame de proficiência. Enquanto o projeto em tramitação atribui essa função ao Conselho Federal de Medicina, responsável pela fiscalização do exercício profissional e pelo registro dos médicos, a MP 1.370/2026 atribui a competência ao Ministério da Educação, que também é responsável pela avaliação e supervisão dos cursos de Medicina.

O senador questiona ainda se essa concentração de atribuições poderia gerar sobreposição ou conflito institucional e defende a participação de diferentes atores para discutir a repartição de competências, a proteção dos pacientes, a segurança jurídica dos estudantes e egressos e o melhor modelo para avaliar a formação e a habilitação profissional médica.

O senador sugeriu os seguintes convidados:

- representante do Conselho Federal de Medicina – CFM;
- **representante da Associação Médica Brasileira – AMB;**
- **representante da Associação Paulista de Medicina – APM;**
- representante da Academia Nacional de Medicina – ANM;
- representante da Federação Brasileira de Academias de Medicina – FBAM;
- representante do Ministério da Educação – MEC; e
- representante do Ministério da Saúde – MS.

Dr. Rômulo Teixeira destaca reconhecimento internacional da neurocirurgia brasileira durante participação no CBN 2026



Foto: Paulo Silva

O diretor cultural da Associação Médica Brasileira (AMB), Dr. Rômulo Teixeira, representou a entidade na abertura do Congresso Brasileiro de Neurocirurgia (CBN 2026), evento que reúne especialistas e profissionais da área para discutir os principais avanços e desafios da neurocirurgia no Brasil e no mundo.

Em sua participação, Dr. Rômulo ressaltou o reconhecimento internacional alcançado pelos neurocirurgiões brasileiros, hoje já considerados entre os melhores do mundo. “Esse reconhecimento demonstra a força da medicina brasileira, construída diariamente pela competência, pela dedicação e pelo compromisso dos nossos médicos com a ciência e com a qualidade da assistência”, declarou ele.

O diretor cultural também destacou a importância dessa edição, que, pela primeira vez, tem uma mulher na presidência, e reuniu um público recorde.

Durante seu discurso, o médico falou ainda sobre a importância de celebrar conquistas que fortalecem a especialidade e valorizam o trabalho dos médicos. “Como diretor da AMB, é uma honra testemunhar e celebrar esse momento tão importante para a medicina do nosso estado e do nosso país”, concluiu.



Entrevista com Dr. José Eduardo Dolci, diretor científico da AMB

Fonte: [AMB](#), em 13.08.2026.